
INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA LITEL PARTICIPAÇÕES S.A.

entre
LITEL PARTICIPAÇÕES S.A.
como Emissora

e

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.
representando a comunhão dos titulares das Debêntures objeto da presente Emissão

datado de
11 de setembro de 2019



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS, DA LITEL PARTICIPAÇÕES S.A.

Pelo presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Litel Participações S.A." ("**Escritura de Emissão**"), as partes:

na qualidade de emissora e ofertante das Debêntures (conforme abaixo definidas) objeto desta Escritura de Emissão:

- (1) **LITEL PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade por ações com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua da Assembleia, 10, 37º andar, sala 3701 (parte), Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("**CNPJ/ME**") sob o nº 00.743.065/0001-27, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o NIRE 33300161899, neste ato representada na forma do seu estatuto social ("**Emissora**");

na qualidade de agente fiduciário representando a comunhão dos titulares das debêntures da 1ª (primeira) emissão da Emissora ("**Debenturistas**" e "**Debêntures**", respectivamente):

- (2) **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 3434, bloco 7, sala 201, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**").

sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante designados, em conjunto, como "**Partes**" e, individual e indistintamente, como "**Parte**", vêm, por meio desta e na melhor forma de direito, firmar a presente Escritura de Emissão, mediante as cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão os significados a eles atribuídos nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso. O significado atribuído a cada termo aqui definido deverá ser igualmente aplicável nas formas singular e plural de tal termo, e as palavras indicativas de gênero deverão incluir ambos os gêneros feminino e masculino.

CLÁUSULA PRIMEIRA - AUTORIZAÇÕES

- 1.1 A 1ª (primeira) emissão ("**Emissão**") de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da Emissora, para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("**Instrução CVM 476**") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("**Oferta**"), a celebração da presente Escritura de Emissão, e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido), dentre outros, são realizados com base nas deliberações tomadas em Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 9 de setembro de 2019 ("**RCA Emissora**"), nos termos do artigo 59, parágrafo 2º, e 142, VIII da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("**Lei das Sociedades por Ações**") e do estatuto social da Emissora.

CLÁUSULA SEGUNDA - REQUISITOS

A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância dos requisitos abaixo indicados.



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 2

2.1 Dispensa de Registro na CVM

2.1.1 A Oferta será realizada nos termos da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, automaticamente dispensada do registro de distribuição de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme em vigor ("**Lei do Mercado de Valores Mobiliários**"), exceto pelo envio da comunicação sobre o início da Oferta e da comunicação sobre o encerramento da Oferta à CVM, nos termos dos artigos 7º-A e 8º, respectivamente da Instrução CVM 476.

2.2 Registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.2.1 Nos termos do Capítulo VIII do "*Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Estruturação, Coordenação e Distribuição de Ofertas Públicas de Valores Mobiliários e Ofertas Públicas de Aquisição de Valores Mobiliários*" ("**Código ANBIMA**"), a Oferta deverá ser registrada na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("**ANBIMA**"), mediante envio da documentação descrita no artigo 18, inciso V, do Código ANBIMA, no prazo de até 15 (quinze) dias contados do envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM.

2.3 Arquivamento na JUCERJA e Publicação da RCA Emissora

2.3.1 A RCA Emissora será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("**DOERJ**") e no jornal "Monitor Mercantil" ("**Monitor Mercantil**" e, em conjunto com DOERJ, "**Jornais de Publicação**"), nos termos do artigo 62, inciso I, do artigo 142, parágrafo 1º, e do artigo 289, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2 A Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis (conforme abaixo definidos), contados da data do efetivo registro, 1 (uma) via digitalizada da RCA Emissora devidamente arquivada na JUCERJA.

2.4 Inscrição desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos na JUCERJA

2.4.1 A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão inscritos na JUCERJA, conforme disposto no artigo 62, inciso II e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações. A Emissora deverá, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis da presente data, protocolar a presente Escritura de Emissão para inscrição na JUCERJA. Os eventuais aditamentos à presente Escritura de Emissão deverão ser inscritos na JUCERJA no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de sua assinatura.

2.4.2 A Emissora deverá entregar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via eletrônica (em formato pdf), contendo a chancela digital da JUCERJA, da Escritura de Emissão e eventuais aditamentos inscritos na JUCERJA, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data do efetivo registro.

2.5 Constituição da Alienação Fiduciária de Ações

2.5.1 A Alienação Fiduciária de Ações será formalizada por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido), e será constituída mediante o registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, e qualquer aditamento subsequente, no sistema de ônus e gravames operacionalizado e administrado pela B3 ("**SOG**"), bem como no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, nos termos dos artigos 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, do artigo 66-B da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada e do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 3

- 2.5.2 O Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, e seus eventuais aditamentos, deverão ser registrados no SOG, bem como no cartório de que trata a Cláusula 2.5.1 acima nos prazos a serem previstos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.
- 2.5.3 A Emissora entregará ao Agente Fiduciário uma via original do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, e de seus eventuais aditamentos, devidamente registrados em referido cartório, bem como de certidão emitida pelo SOG comprovando a averbação da Alienação Fiduciária das Ações no SOG, no prazo a ser previsto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.
- 2.5.4 A Emissora providenciará o registro da Alienação Fiduciária de Ações, e seus eventuais aditamentos, conforme disposto do artigo 40, II, da Lei das Sociedades por Ações, nos livros do banco escriturador das Ações da Vale (conforme abaixo definidas), observado o disposto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações. A Emissora entregará ao Agente Fiduciário extrato atualizado das Ações da Vale comprovando o averbamento que trata esta Cláusula, observado o disposto no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data de assinatura do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.

2.6 Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica

- 2.6.1 As Debêntures (conforme abaixo definidas) serão depositadas para:
- (i) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Segmento CETIP UTM (“B3”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e
 - (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP 21”), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3.
- 2.6.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados (conforme abaixo qualificados) depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição pelo Investidor Profissional (conforme abaixo definido), observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, condicionado ao cumprimento pela Emissora das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476; e observadas, ainda, as disposições legais e regulamentares aplicáveis.
- 2.6.3 Não obstante o disposto na Cláusula 2.6.2, o prazo de 90 (noventa) dias para restrição de negociação das Debêntures referido acima não será aplicável ao Coordenador Líder (conforme abaixo definido) para as Debêntures que tenham sido subscritas e integralizadas pelo Coordenador Líder em razão do exercício de garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e do inciso II do artigo 13 da Instrução CVM 476, desde que sejam observadas as seguintes condições: (i) o Investidor Profissional adquirente das Debêntures observe o prazo de 90 (noventa) dias de restrição de negociação, contado da data do exercício da garantia firme pelo Coordenador Líder; (ii) o Coordenador Líder verifique o cumprimento das regras previstas nos artigos 2º e 3º da Instrução CVM 476; e (iii) a negociação das Debêntures deve ser realizada nas mesmas condições aplicáveis à Oferta, podendo o valor de transferência das Debêntures ser equivalente ao Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures (conforme abaixo definido), acrescido da Remuneração (conforme abaixo definida), calculada *pro rata temporis*, desde a



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 4

primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva aquisição.

- 2.6.4 Para os fins desta Escritura de Emissão, entende-se por (a) "**Investidores Qualificados**" aqueles investidores referidos no artigo 9º-B da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013 ("**Instrução CVM 539**"); e (b) "**Investidores Profissionais**" aqueles investidores referidos no artigo 9º-A da Instrução CVM 539. Os regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios serão considerados Investidores Qualificados ou Investidores Profissionais apenas se reconhecidos como tais conforme regulamentação específica do Ministério da Previdência Social.

CLÁUSULA TERCEIRA - OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 Em conformidade com seu estatuto social, a Emissora tem por objeto social a participação, sob qualquer forma, no capital de outras sociedades civis ou comerciais no Brasil ou no exterior, como sócio-quotista ou acionista, quaisquer que sejam os seus objetos sociais.

CLÁUSULA QUARTA - DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 A totalidade dos recursos líquidos captados pela Emissora por meio da Emissão será utilizada para reforço de capital de giro da Emissora.

CLÁUSULA QUINTA - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

5.1 Número da Emissão

- 5.1.1 A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de Debêntures da Emissora.

5.2 Valor Total da Emissão

- 5.2.1 O valor total da Emissão é de R\$ 450.000.000,00 (quatrocentos e cinquenta milhões de reais) ("**Valor Total da Emissão**"), na Data de Emissão (conforme abaixo definida).

5.3 Quantidade de Debêntures

- 5.3.1 Serão emitidas 450.000 (quatrocentas e cinquenta mil) Debêntures.

5.4 Número de Séries

- 5.4.1 A Emissão será realizada em série única.

5.5 Agente de Liquidação e Escriturador

- 5.5.1 A instituição prestadora dos serviços de agente de liquidação das Debêntures é a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** já qualificada no preâmbulo ("**Agente de Liquidação**", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder ao Agente de Liquidação da Emissão na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

- 5.5.2 A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.** já qualificada no preâmbulo ("**Escriturador**", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder ao Escriturador na prestação dos serviços relativos às Debêntures).

5.6 Data de Emissão

- 5.6.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de setembro de 2019 ("**Data de Emissão**").



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 5

5.7 Conversibilidade

5.7.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

5.8 Espécie

5.8.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações, observado o disposto na Cláusula 6 abaixo.

5.9 Tipo, Forma e Comprovação de Titularidade das Debêntures

5.9.1 As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3, em nome de cada Debenturista, quando esses títulos estiverem custodiados eletronicamente na B3.

5.10 Prazo e Data de Vencimento

5.10.1 As Debêntures terão prazo de 37 (trinta e sete) meses a contar da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, no dia 15 de outubro de 2022 ("**Data de Vencimento**"), ressalvadas as hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, Vencimento Antecipado não Automático e Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures (conforme tais termos são definidos abaixo).

5.10.2 A Emissora obriga-se a, na Data de Vencimento, realizar o pagamento das Debêntures pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração e eventuais valores devidos e não pagos, calculados na forma prevista nesta Escritura de Emissão.

5.11 Valor Nominal Unitário

5.11.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão ("**Valor Nominal Unitário**").

5.12 Prazo de Subscrição e Integralização

5.12.1 Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto nos artigos 7º-A e 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

5.13 Forma de Subscrição e Integralização e Preço de Integralização

5.13.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas de acordo com os procedimentos da B3, observado o Plano de Distribuição (conforme abaixo definido). O preço de subscrição das Debêntures (i) na primeira Data de Integralização, será o seu Valor Nominal Unitário; e (ii) nas Datas de Integralização posteriores à primeira Data de Integralização será o Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização até a data da efetiva integralização ("**Preço de Integralização**"). A integralização das Debêntures será à vista e em moeda corrente nacional na Data de Integralização.

5.13.2 Para os fins desta Escritura de Emissão, define-se "**Data de Integralização**" qualquer data em que ocorrer a subscrição e a integralização das Debêntures.

5.13.3 Observado o disposto na Escritura de Emissão, a exclusivo critério do Coordenador



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 6

Líder, as Debêntures poderão ser subscritas e integralizadas com ágio ou deságio, a ser definido no ato de subscrição das Debêntures.

5.14 Repactuação Programada

5.14.1 Não haverá repactuação programada das Debêntures.

5.15 Atualização Monetária

5.15.1 O Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente.

5.16 Remuneração das Debêntures

5.16.1 Sobre o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 112% (cento e doze por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extragrupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela B3 no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.b3.com.br>) ("Taxa DI") ao ano ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, desde a primeira Data de Integralização ou desde a Data de Pagamento da Remuneração (conforme abaixo definida) imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data de Pagamento da Remuneração. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorDI - 1)$$

onde:

J = Valor unitário dos Juros Remuneratórios devido na Data de Pagamento dos Juros Remuneratórios, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = o Valor Nominal Unitário, ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento; e

FatorDI = produtório das Taxas DI Over, com uso de percentual aplicado, desde a Data de Integralização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{i=1}^n \left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$$

onde:

n = número total de Taxas DI Over, consideradas para cálculo dos Juros Remuneratórios, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI Over, variando de 1 (um) até n;

p = 112,00 (cento e doze inteiros); e

TDI_k = Taxa DI Over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 7

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k = Taxa DI Over de ordem k, divulgada pela B3.

Observações:

O fator resultante da expressão $\left(1 + TDI_k \times \frac{p}{100} \right)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;

Efetua-se o produtório dos fatores diários, sendo que a cada fator diário acumulado trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável por seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma. Para os fins do disposto nesta Escritura de Emissão, entende-se por "**Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures**" o saldo remanescente do Valor Nominal Unitário das Debêntures após qualquer amortização das Debêntures realizada até a data de verificação do referido saldo.

5.17 Indisponibilidade da Taxa DI

- 5.17.1 Caso a Taxa DI não esteja disponível quando da apuração da Remuneração das Debêntures, será aplicada, em sua substituição, a última Taxa DI aplicável que estiver disponível naquela data, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Emissora e os Debenturistas, quando da posterior divulgação da Taxa DI que vier a se tornar disponível.
- 5.17.2 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 5 (cinco) Dias Úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures, por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e nesta Escritura de Emissão), para que os Debenturistas deliberem, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época ("**Taxa Substitutiva DI**"). Até a deliberação da Taxa Substitutiva DI, a última Taxa DI divulgada será utilizada na apuração da Remuneração, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras entre a Emissora e os Debenturistas, caso tenha ocorrido pagamento de Remuneração até a data de deliberação da Taxa Substitutiva DI.
- 5.17.3 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata a Cláusula 5.17.2 acima, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 8

previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos aqui previstos, quando do cálculo da Remuneração e/ou de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

- 5.17.4** Na hipótese de não instalação, em primeira e segunda convocações, da Assembleia Geral de Debenturistas prevista na Cláusula 5.17.2 acima ou, caso instalada, não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva DI entre a Emissora e os Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação (conforme abaixo definidas), a Emissora deverá resgatar antecipadamente a totalidade das Debêntures sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de até 2 (dois) dias contados da data de encerramento da Assembleia Geral de Debenturistas (ou, caso não seja instalada em primeira e segunda convocações, na data em que deveria ter ocorrido), ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, ou em outro prazo que venha a ser definido em referida assembleia, pelo Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescidos da Remuneração, devida até a data do efetivo resgate, calculadas *pro rata temporis*, a partir da primeira Data de Integralização, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, observado o disposto abaixo.
- 5.17.5** As Debêntures resgatadas antecipadamente nos termos da Cláusula 5.17.4 acima serão canceladas pela Emissora. Para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem resgatadas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

5.18 Pagamento da Remuneração das Debêntures

- 5.18.1** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do Vencimento Antecipado Automático, do Vencimento Antecipado não Automático ou do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, a partir de 15 de outubro de 2020, sendo os demais pagamentos devidos sempre no dia 15 (quinze) dos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o último devido na Data de Vencimento das Debêntures (cada uma, uma "**Data de Pagamento da Remuneração**"), conforme tabela abaixo:

| Datas de Pagamento da Remuneração |
|--|
| 15 de outubro de 2020 |
| 15 de abril de 2021 |
| 15 de outubro de 2021 |
| 15 de abril de 2022 |
| Data de Vencimento |

5.19 Amortização Programada das Debêntures

- 5.19.1** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do Vencimento Antecipado Automático, do Vencimento Antecipado não Automático ou do Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, os valores de amortização serão



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 9

pagos e calculados conforme os percentuais definidos, multiplicados pelo Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme tabela abaixo:

| Datas de Amortização | Percentual do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures |
|-----------------------------------|--|
| 15 de outubro de 2021 | 66,6666% |
| Data de Vencimento das Debêntures | 100,0000% |

5.20 Resgate Antecipado Facultativo

- 5.20.1** O resgate antecipado das Debêntures poderá ocorrer a qualquer momento, a critério da Emissora, a partir de 15 de outubro de 2020 (inclusive), com relação ao total das Debêntures ("**Resgate Antecipado Facultativo**").
- 5.20.2** Caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra no dia 15 de outubro de 2020, o Resgate Antecipado Facultativo ocorrerá mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento do Resgate Antecipado Facultativo ("**Data do Resgate Antecipado Facultativo**"), acrescido de prêmio aos Debenturistas equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ("**Prêmio de Resgate Antecipado**") multiplicado pelo *Duration* (conforme abaixo definido), calculado sobre a parcela do valor do Resgate Antecipado Facultativo que exceder R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais), a ser pago aos Debenturistas, conforme procedimento adotado pela B3, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PU\text{prêmio} = \text{Prêmio de Resgate Antecipado} * \text{Duration}/252$$

Onde:

Prêmio de Resgate Antecipado = 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) sobre a parcela do valor do Resgate Antecipado Facultativo que exceder R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais); e

Duration = PM_{trfi} = Prazo médio remanescente das Debêntures, em ano (considerando o período de apuração de um ano, 252 dias úteis), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PM_{trfi} = \frac{\sum_{j=1}^q [Q_j \times VN_{qj}]}{\sum_{i=1}^q VN_{qj}}$$

em que:

q = Quantidade de eventos financeiros das Debêntures, considerados a partir da Data do Resgate Antecipado;

Q_j = Prazo remanescente de cada evento financeiro j das Debêntures, dado em Dias Úteis, sendo prazo remanescente entendido como o número de Dias Úteis entre a Data de Resgate Antecipado das Debêntures e a data do evento financeiro (amortização do



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 10

Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável), excluindo-se da sua contagem a data de apuração e incluindo-se a data do evento financeiro;

VN_{qj} = Valor nominal de cada evento financeiro j das Debêntures; e

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento.

- 5.20.3** Caso o Resgate Antecipado Facultativo ocorra a partir do dia 15 de outubro de 2020 (exclusive), o Resgate Antecipado Facultativo ocorrerá mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido de 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), calculado sobre o valor integral do Resgate Antecipado Facultativo, multiplicado pelo *Duration*, a ser pago aos Debenturistas, conforme procedimento adotado pela B3, calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PUprêmio = 0,25\% \text{ (vinte e cinco centésimos por cento)} * Duration/252 * PUdebênture$$

Onde:

PUdebênture = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculado *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou da última Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a Data do Resgate Antecipado Facultativo, acrescido dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definido, se aplicável) devidos até a Data do Resgate Antecipado Facultativo; e

Duration = PM_{trfi} = Prazo médio remanescente das Debêntures, em ano (considerando o período de apuração de um ano, 252 dias úteis), calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$PM_{trfi} = \frac{\sum_{j=1}^q [Q_j \times VN_{qj}]}{\sum_{i=1}^q VN_{qj}}$$

em que:

q = Quantidade de eventos financeiros das Debêntures, considerados a partir da Data do Resgate Antecipado;

Q_j = Prazo remanescente de cada evento financeiro j das Debêntures, dado em Dias Úteis, sendo prazo remanescente entendido como o número de Dias Úteis entre a Data de Resgate Antecipado das Debêntures e a data do evento financeiro (amortização do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), excluindo-se da sua contagem a data de apuração e incluindo-se a data do evento financeiro;

VN_{qj} = Valor nominal de cada evento financeiro j das Debêntures; e

VNe = Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 11

arredondamento.

- 5.20.4** O Resgate Antecipado Facultativo ocorrerá mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas, a ser divulgada nos termos da Cláusula 5.27 desta Escritura de Emissão, ou, alternativamente, a critério da Emissora, envio de comunicado individual aos Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário ("**Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo**"), bem como deverá ser precedida de notificação por escrito enviada ao Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo.
- 5.20.5** Na Comunicação de Resgate Antecipado Facultativo deverá constar: (i) a Data do Resgate Antecipado Facultativo; (ii) qualquer outra informação necessária à operacionalização do Resgate Antecipado Facultativo.
- 5.20.6** Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos adotados pela B3, a qual deverá ser comunicada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis de sua realização. Para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos a serem indicados pelo Agente de Liquidação e pelo Escriturador.
- 5.20.7** As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Facultativo deverão ser canceladas pela Emissora.
- 5.20.8** Não será permitido o resgate antecipado parcial das Debêntures.

5.21 Amortização Extraordinária Facultativa

- 5.21.1** A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a partir de 15 de outubro de 2020 (inclusive), amortizar antecipadamente o Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, sendo certo que cada amortização estará limitada a 98% (noventa e oito por cento) do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures ("**Amortização Extraordinária**").
- 5.21.2** A Amortização Extraordinária somente poderá ocorrer mediante o envio de comunicação individual a cada um dos Debenturistas, com cópia para o Agente Fiduciário e a B3, ou, alternativamente, a publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas ("**Comunicação de Amortização Extraordinária**"), com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da data prevista para realização da efetiva Amortização Extraordinária ("**Data da Amortização Extraordinária**"). A Data da Amortização Extraordinária deverá corresponder, necessariamente, a um Dia Útil.
- 5.21.3** Caso a Amortização Extraordinária ocorra no dia 15 de outubro de 2020, a Amortização Extraordinária ocorrerá mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária, acrescido de prêmio aos Debenturistas equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ("**Prêmio de Amortização Extraordinária**") e, em conjunto com o Prêmio de Resgate Antecipado, os "**Prêmios**") calculado sobre a parcela amortizada do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, que exceder R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais).



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 12

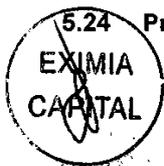
- 5.21.4 Caso a Amortização Extraordinária ocorra entre 15 de outubro de 2020 (inclusive) e 15 de outubro de 2021 (exclusive), o valor a ser amortizado será descontado da primeira parcela da amortização das Debêntures programada para 15 de outubro de 2021 ("**Primeira Parcela**"), de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional (inclusive independentemente de qualquer aditamento a esta Escritura de Emissão), mantendo-se inalterada a Data de Vencimento das Debêntures. Na hipótese de o valor objeto da Amortização Extraordinária ser superior ao valor devido na Primeira Parcela, o montante que sobejar será descontado da última parcela a ser paga na Data de Vencimento.
- 5.21.5 Caso a Amortização Extraordinária ocorra a partir do dia 15 de outubro de 2020 (exclusive), a Amortização Extraordinária ocorrerá mediante o pagamento do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a primeira Data de Integralização ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da Amortização Extraordinária, acrescido do Prêmio de Amortização Extraordinária, calculado sobre o valor integral da Amortização Extraordinária.
- 5.21.6 Na Comunicação de Amortização Extraordinária deverá constar: (a) o percentual do Valor Nominal Unitário ou Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, que será amortizado nos termos desta Cláusula; (b) a Data da Amortização Extraordinária; e (c) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária.
- 5.21.7 Caso ocorra a Amortização Extraordinária referente às Debêntures custodiadas eletronicamente na B3, a respectiva Amortização Extraordinária também seguirá os procedimentos adotados pela B3. Adicionalmente, caso as Debêntures não estejam custodiadas no âmbito da B3, a Amortização Extraordinária das Debêntures, deverá ocorrer conforme os procedimentos operacionais previstos pelo Escriturador.

5.22 Aquisição Facultativa

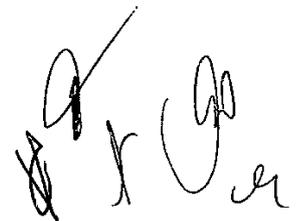
- 5.22.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, observadas as restrições de negociação e prazo previstas na Instrução CVM 476 e o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, adquirir Debêntures, as quais poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora ou ser novamente colocadas no mercado, conforme as regras expedidas pela CVM, devendo tal fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora ("**Aquisição Facultativa**").
- 5.22.2 As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos da Cláusula 5.22.1 acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures.

5.23 Local de Pagamento

- 5.23.1 Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3.



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 13



5.24.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao cumprimento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos.

5.24.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura de Emissão, entende-se por "**Dia(s) Útil(eis)**" (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e/ou na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

5.25 Encargos Moratórios

5.25.1 Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso ficará sujeito, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, a: (i) multa moratória convencional e de natureza não compensatória, irredutível, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora calculados *pro rata temporis* desde a data do inadimplemento (inclusive) até a data do efetivo pagamento (exclusive), à taxa de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago; além das despesas incorridas para cobrança ("**Encargos Moratórios**").

5.26 Decadência dos Direitos aos Acréscimos

5.26.1 O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão, ou em comunicado publicado ou enviado pela Emissora na forma prevista nesta Escritura de Emissão, não lhe dará direito ao recebimento da Remuneração e/ou dos Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou da disponibilidade do pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

5.27 Publicidade

5.27.1 Todos os atos e decisões da Emissora a serem tomados decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, envolverem interesses dos Debenturistas, deverão ser realizadas (i) na forma de aviso, publicado nos Jornais de Publicação da Emissora, sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado; ou, alternativamente; (ii) por escrito, por meio de comunicação enviada diretamente ao Agente Fiduciário, e serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. As comunicações realizadas por correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) ("**Aviso aos Debenturistas**").

5.28 Imunidade de Debenturistas

5.28.1 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Agente de Liquidação e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de quaisquer valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 14

isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos na legislação tributária em vigor nos rendimentos de tal Debenturista.

- 5.28.2** O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 5.28.1 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Agente de Liquidação, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Agente de Liquidação ou pela Emissora.
- 5.28.3** Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 5.28.1 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora ou o Agente de Liquidação por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

5.29 Direito ao Recebimento dos Pagamentos

- 5.29.1** Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

5.30 Direito de Preferência

- 5.30.1** Não haverá direito de preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora.

CLÁUSULA SEXTA - GARANTIAS

6.1 Alienação Fiduciária de Ações

- 6.1.1** Como garantia do fiel, pontual e integral cumprimento de todas e quaisquer Obrigações Garantidas (conforme definido abaixo), as Debêntures contarão com (a) alienação fiduciária, a ser outorgada pela Emissora, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, de ações ordinárias de emissão da Vale S.A. ("Vale") de titularidade da Emissora representativas, na Data de Emissão, de, ao menos, 200% (duzentos por cento) do Valor de Referência (conforme abaixo definido) ("**Ações Vale**"), sujeitos aos mecanismos de recomposição e liberação a serem descritos no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações (conforme abaixo definido), bem como (b) a cessão fiduciária dos frutos, dividendos, juros sobre o capital próprio e todos os demais valores que de qualquer outra forma vierem a ser distribuídos pela Vale às Ações Vale ("**Dividendos das Ações Vale**"), livres e desembaraçados de quaisquer ônus e gravames, ("**Alienação Fiduciária de Ações**"), nos termos e condições a serem estabelecidos no "*Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças*", a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("**Contrato de Alienação Fiduciária de Ações**").

- 6.1.2** Para os fins do disposto nesta Escritura de Emissão:

- (i) "**Obrigações Garantidas**" significam todas e quaisquer obrigações principais e acessórias, presentes e futuras, relativas às Debêntures assumidas pela



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 15

Emissora na presente Emissão, incluindo, mas sem limitação, (a) as obrigações relativas ao integral e pontual pagamento do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, da Remuneração, dos Prêmios, dos Encargos Moratórios, dos demais encargos relativos às Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas e dos demais encargos relativos a esta Escritura de Emissão e ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme aplicável, quando devidos, seja nas respectivas datas de pagamento, na Data de Vencimento, ou em virtude do resgate antecipado das Debêntures, do Vencimento Antecipado Automático ou do Vencimento Antecipado não Automático das Debêntures, nos termos desta Escritura de Emissão, conforme aplicável; (b) as obrigações relativas a quaisquer outras obrigações de pagar assumidas pela Emissora, nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme aplicável, incluindo, mas não se limitando, obrigações de pagar despesas, custos, encargos, tributos, reembolsos ou indenizações, bem como as obrigações relativas ao Agente de Liquidação da Emissão, ao Escriturador e à B3; e (c) as obrigações de ressarcimento de toda e qualquer importância que o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas venham a desembolsar no âmbito da Emissão e/ou em virtude da constituição, manutenção e/ou realização da Alienação Fiduciária de Ações, bem como todos e quaisquer tributos e despesas judiciais e/ou extrajudiciais incidentes sobre a excussão da alienação fiduciária de ações, nos termos do respectivo Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme aplicável; e

- (ii) “**Valor de Referência**” significa, em uma data de verificação, o Valor Nominal Unitário ou o Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA - CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

7.1 Colocação e Procedimento de Distribuição

7.1.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, com a intermediação de instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários (“**Coordenador Líder**”), nos termos do “*Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos, sob o Regime de Garantia Firme de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, da 1ª (Primeira) Emissão da Litel Participações S.A.*”, a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder (“**Contrato de Distribuição**”).

7.1.2 O Coordenador Líder organizará a distribuição e colocação das Debêntures, observado o disposto na Instrução CVM 476, de forma a assegurar: (i) que o tratamento conferido aos Investidores Profissionais, seja justo e equitativo; e (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco dos clientes do Coordenador Líder. O plano de distribuição será fixado pelo Coordenador Líder, em conjunto com a Emissora, levando em consideração suas relações com investidores e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e da Emissora (“**Plano de Distribuição**”). O Plano de Distribuição será estabelecido mediante os seguintes termos:

- (i) o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 75 (setenta e cinco) Investidores Profissionais, sendo possível a subscrição ou aquisição de Debêntures por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais, nos



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 16

termos do artigo 3º, incisos I e II da Instrução CVM 476;

- (ii) os fundos de investimento e carteiras administradas de valores mobiliários cujas decisões de investimento sejam tomadas pelo mesmo gestor serão considerados como um único investidor para os fins dos limites previstos no inciso (i) acima, conforme disposto no artigo 3º, parágrafo 1º, da Instrução CVM 476;
- (iii) não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos para a subscrição das Debêntures;
- (iv) não será constituído fundo de manutenção de liquidez e não será firmado contrato de estabilização de preços com relação às Debêntures;
- (v) serão atendidos os Investidores Profissionais do Coordenador Líder que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures, tendo em vista a relação do Coordenador Líder com esses clientes, bem como outros investidores, desde que tais investidores sejam Investidores Profissionais, e assinem a Declaração de Investidor Profissional (conforme abaixo definida), nos termos do inciso (vi) abaixo;
- (vi) os Investidores Profissionais deverão assinar "**Declaração de Investidor Profissional**" atestando, dentre outros, estarem cientes de que (a) a Oferta não foi registrada na CVM, e (b) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão e na regulamentação aplicável;
- (vii) não será admitida a distribuição parcial das Debêntures;
- (viii) o prazo de colocação e distribuição pública das Debêntures seguirá as regras definidas na Instrução CVM 476; e
- (ix) a Emissora compromete-se a não realizar a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores, nos termos da Instrução CVM 476.

CLÁUSULA OITAVA – EVENTOS DE INADIMPLEMENTO E VENCIMENTO ANTECIPADO

8.1 No âmbito da presente Emissão, observado o disposto na Cláusula 8.2 e seguintes, serão considerados como eventos de inadimplemento ("**Eventos de inadimplemento**") os seguintes eventos, observados os prazos de cura aplicáveis:

- (i) pedido de recuperação extrajudicial ou judicial da Emissora e/ou de suas sociedades controladas e/ou controladoras, de forma direta ou indireta ("**Afilias**"), independentemente de ter sido requerida homologação judicial do plano respectivo e independentemente de deferimento pelo juízo competente, ou submissão a qualquer credor de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial;
- (ii) extinção, liquidação, insolvência, dissolução, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal, ou decretação de falência da Emissora e/ou suas Afilias;
- (iii) não pagamento de qualquer obrigação pecuniária das Debêntures e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações no prazo de 1 (um) Dia Útil da respectiva data de vencimento;



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 17

- (iv) descumprimento de qualquer obrigação não pecuniária descrita nesta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, não sanado em até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tal obrigação deveria ter sido cumprida, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (v) cisão, incorporação ou fusão da Emissora e/ou venda de participações societárias e/ou realização de qualquer outra forma de reorganização societária, exceto (i) por eventual cisão parcial da Emissora, conforme aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 09 de setembro de 2019, independentemente da data em que produzir seus efeitos, realizada nos termos do edital de convocação divulgado pela Emissora em 23 de agosto de 2019; ou (ii) se previamente autorizado por Debenturistas reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim;
- (vi) transferência de controle acionário direto ou indireto da Emissora e/ou das Afiliadas, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (vii) protestos de títulos contra a Emissora ou suas Afiliadas, cujo valor unitário ou agregado seja igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), salvo se (i) o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou (ii) se for cancelado ou sustado, em qualquer hipótese, dentro de 5 (cinco) dias úteis;
- (viii) inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou das suas Afiliadas, no mercado local ou internacional, em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (ix) vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou das suas Afiliadas, no mercado local ou internacional, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (x) não cumprimento de qualquer decisão administrativa, arbitral final ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou suas Afiliadas em valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), ou seu valor equivalente em outras moedas, no prazo de pagamento estipulado na respectiva decisão;
- (xi) declaração judicial de ilegalidade, nulidade ou inexecutabilidade de qualquer documento referente à presente Emissão ou à emissão das Debêntures, inclusive o Contrato de Alienação Fiduciária;
- (xii) questionamento judicial, pela Emissora, por qualquer controladora da Emissora, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- (xiii) redução de capital social sem observância do disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações, e/ou alteração do estatuto social da Emissora que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Emissora, que resulte em uma participação da Emissora e/ou de sua sucessora, em conjunto, inferior à Participação Mínima (conforme abaixo definido), exceto pela redução de capital social decorrente de eventual cisão parcial da Emissora, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 09 de setembro de 2019, independentemente da data em que produzir seus efeitos, realizada nos termos do edital de convocação divulgado pela Emissora em 23 de agosto de 2019;



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 18

- (xiv) pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio entre os meses de janeiro a novembro de cada ano, sendo certo que tal pagamento somente poderá ocorrer durante o mês de dezembro desde que todas as obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária relativas a referido exercício social tenham sido integralmente adimplidas pela Emissora;
- (xv) transformação do tipo societário da Emissora, de sociedade anônima para sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 e 221, e sem prejuízo do disposto no artigo 222, todos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xvi) alteração do objeto social da Emissora, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão;
- (xvii) caso as declarações feitas pela Emissora nesta Escritura de Emissão provem-se falsas;
- (xviii) caso as declarações feitas pela Emissora nesta Escritura de Emissão provem-se incorretas, inconsistentes e/ou insuficientes;
- (xix) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás e licenças, necessárias para o regular exercício das atividades pela Emissora, exceto (i) por aquelas que estejam sendo discutidas nas esferas administrativa e/ou judicial e para os quais tenha sido obtido efeito suspensivo; ou (ii) por aquelas que estejam em processo tempestivo de renovação, nos termos da legislação aplicável;
- (xx) ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, totalidade ou parte substancial dos ativos, das propriedades e/ou das ações do capital social da Emissora;
- (xxi) ocorrência de eventos que possam afetar a capacidade operacional, legal ou financeira da Emissora;
- (xxii) cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas no âmbito da Emissão;
- (xxiii) ocorrência de arresto, sequestro ou penhora sobre os bens da Emissora, desde que em dimensões que dificultem o cumprimento das obrigações da Emissora em relação aos valores da Emissão;
- (xxiv) não utilização, pela Emissora, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão de acordo com a Destinação de Recursos prevista na Clausula 4.1 acima;
- (xxv) não manutenção da titularidade direta de 74.832.355 (setenta e quatro milhões, oitocentas e trinta e duas mil, trezentas e cinquenta e cinco) ações de emissão da Vale, durante o prazo de vigência das Debêntures ("**Participação Mínima**"), exceto nos casos de agrupamento ou desdobramento de ações da Vale, hipóteses nas quais a Emissora deverá manter a titularidade do montante de ações resultantes de tal agrupamento ou desdobramento proporcional à Participação Mínima;
- (xxvi) não manutenção, direta ou indiretamente, de ações ordinárias de emissão da Vale equivalentes a, ao menos, 200% (duzentos por cento) do Valor de Referência das Debêntures, livres e desembaraçadas de qualquer ônus assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato

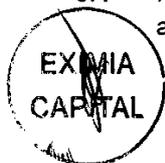


TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 19

que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus"), ainda que para ou em favor do mesmo Grupo Econômico (conforme abaixo definido), exceto caso seja aprovada, pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, fiança bancária a ser emitida por banco de primeira linha, nos termos e condições estabelecidos em Assembleia Geral de Debenturistas, em substituição à manutenção do percentual acima indicado. Para fins do cálculo do percentual acima, (a) as Ações Vale não serão consideradas, (b) cada uma das ações ordinárias de emissão da Vale detidas pela Emissora terá valor equivalente à cotação de fechamento das ações ordinária da Vale negociadas na B3 sob o código VALE3 no Dia Útil anterior ao da verificação do índice descrito neste inciso;

Para fins desta Escritura de Emissão, entende-se por "Grupo Econômico" qualquer entidade, direta ou indiretamente, coligada, controlada, controladora ou sob controle comum da Emissora.

- (xxvii) contratação, pela Emissora no mercado local ou internacional (a) de quaisquer novas operações de endividamento (empréstimos, instrumentos derivativos e outras operações similares), inclusive no mercado de capitais; ou (b) de dívidas e/ou mútuos com controladas, controladoras, subsidiárias/coligadas cujo valor, individual ou agregado, durante o prazo de vigências das Debêntures, seja igual ou superior a R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais), exceto se (1) os recursos oriundos de tal financiamento forem utilizados para pagamento das Debêntures; e (2) referido(s) endividamento(s) for(em) subordinado(s) à Debêntures tanto em relação aos prazos de pagamento de principal e remuneração;
- (xxviii) violação pela Companhia ou qualquer de suas controladas, controladoras, ou, ainda, por qualquer de seus respectivos administradores ou funcionários, no estrito exercício das respectivas funções perante a Companhia, conforme o caso, das Normas Anticorrupção (conforme abaixo definida);
- (xxix) inobservância das Leis Ambientais e Trabalhistas (conforme abaixo definido);
- (xxx) se a Alienação Fiduciária de Ações se tornar ineficaz, inexecutável, inválida ou insuficiente, bem como a ocorrência de quaisquer eventos que afetem de forma material tal Alienação Fiduciária de Ações ou o cumprimento das disposições contidas no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, desde que não sejam substituídas ou complementadas nos termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações.
- 8.2** Observado o disposto nas Cláusulas 8.3 a 8.6 abaixo, a ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nos incisos (i), (ii), (iii), (v), (vi), (ix), (xii), (xiii), (xiv), (xv), (xvii), (xx), (xxv) e (xxvii) da Cláusula 8.1 acima, acarretará a declaração, pelo Agente Fiduciário, do vencimento antecipado automático de todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, devendo o Agente Fiduciário exigir o pagamento pela Emissora do valor a ser calculado e pago nas condições previstas na Cláusula 8.7 abaixo ("**Vencimento Antecipado Automático**").
- 8.3** A Emissora obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento, comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis ao Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão.
- 8.4** Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento não mencionados na Cláusula 8.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 20

conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre eventual não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 11.1 abaixo, e o quórum específico para as deliberações estabelecido na Cláusula 8.4 abaixo (“**Vencimento Antecipado Não Automático**”).

- 8.5** Será necessário o quórum de Debenturistas que representem 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação para aprovar a não declaração do Vencimento Antecipado não Automático das Debêntures. Caso convocada a Assembleia Geral de Debenturistas para discutir a não declaração do Vencimento Antecipado não Automático das Debêntures, ela não seja instalada por falta de quórum, em primeira e segunda convocação, ou por qualquer motivo, incluindo o não atingimento do quórum de deliberação para a não declaração do Vencimento Antecipado não Automático em primeira ou segunda convocação, os Debenturistas não deliberarem pela não declaração do Vencimento Antecipado não Automático nos termos desta Cláusula, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 8.6** O Agente Fiduciário deverá comunicar, por escrito, eventual Vencimento Antecipado Automático ou Vencimento Antecipado não Automático das Debêntures, conforme aplicável, à Emissora, à B3, e ao Agente de Liquidação (i) por meio de correio eletrônico imediatamente após a declaração do referido Vencimento Antecipado Automático ou Vencimento Antecipado não Automático das Debêntures, e (ii) mediante carta protocolada ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis contados da data de declaração do Vencimento Antecipado Automático ou do Vencimento Antecipado não Automático das Debêntures, conforme aplicável.
- 8.7** Declarado o Vencimento Antecipado Automático ou o Vencimento Antecipado não Automático das Debêntures, o pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme aplicável, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento (exclusive), calculada *pro rata temporis*, dos Encargos Moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos deverá ser efetuado no ambiente B3 em até 3 (três) Dias Úteis, contados da data da declaração do Vencimento Antecipado Automático ou do Vencimento Antecipado não Automático, conforme aplicável.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

- 9.1** Sem prejuízo das demais obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e de outras obrigações expressamente previstas nas leis e regulamentações em vigor, no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme aplicável, a Emissora está adicionalmente obrigada a praticar os atos abaixo especificados, conforme aplicáveis:
- (i) fornecer ao Agente Fiduciário e disponibilizar em sua página na Internet (<http://www.litelbrasil.com.br/>), conforme o caso:
- (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social ou 7 (sete) Dias Úteis após a data de sua publicação, o que ocorrer primeiro, (I) cópia de suas demonstrações financeiras publicadas e completas relativas ao respectivo período encerrado, acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e (II) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (1) que permanecem válidas as disposições contidas nesta Escritura de Emissão; (2) a não ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento e inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (3) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 21

- (b) em até 7 (sete) Dias Úteis, qualquer informação que razoavelmente lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário exclusivamente para o fim de proteção dos interesses dos Debenturistas, ou em prazo menor, caso a solicitação seja decorrente de exigência legal, demanda judicial ou administrativa; e
 - (c) aviso aos Debenturistas a respeito de fatos relevantes conforme definidos na Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("**Instrução CVM 358**"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, possam influir de modo ponderável o interesse dos Debenturistas, no prazo de 3 (três) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados.
- (ii) abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio à CVM de comunicado informando o encerramento da Oferta ("**Comunicação de Encerramento**"), salvo nas hipóteses previstas no artigo 48, no inciso II, da Instrução CVM 400;
 - (iii) abster-se, até o envio da Comunicação de Encerramento à CVM, de: (a) revelar informações relativas à Emissão, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, e (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão;
 - (iv) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações e das normas da CVM, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor;
 - (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - (vi) comunicar prontamente ao Agente Fiduciário, Debenturistas e autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas;
 - (vii) informar e enviar organograma, todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme previsto Instrução CVM nº 583, de 20 de dezembro de 2016, conforme alterada ("**Instrução CVM 583**"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, em até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto para disponibilização do relatório anual. O referido organograma do grupo societário da Emissora deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, o controle comum, as coligadas, e integrante de bloco de controle da Emissora, no encerramento de cada exercício social;
 - (viii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, em até 2 (dois) Dias Úteis nos termos da Cláusula 11.1.4 desta Escritura de Emissão, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos desta Escritura de Emissão, mas não o faça;
 - (ix) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio dos documentos e prestação das informações que lhe forem solicitadas, no prazo determinado pela referida autarquia;
 - (x) manter-se existente e não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 22

disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

- (xi) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura de Emissão, no que for aplicável, comprometendo-se a notificar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário e os Debenturistas, por escrito, caso quaisquer das declarações aqui previstas e/ou as informações fornecidas pela Emissora tornem-se imprecisas, inconsistentes, incompletas ou incorretas, em relação à data em que foram prestadas;
- (xii) fazer com que os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta sejam utilizados exclusivamente de acordo com o disposto na Cláusula 4.1 acima;
- (xiii) cumprir, em todos os aspectos, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (xiv) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas na B3;
- (xv) arcar com todos os custos (a) decorrentes da distribuição das Debêntures, incluindo, mas não se limitando a todos os custos relativos ao seu registro na B3; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como o(s) ato(s) societário(s) da Emissora; e (c) de contratação do Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação e do Escriturador;
- (xvi) manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, os prestadores de serviço inerentes às obrigações previstas na Escritura de Emissão, incluindo: o Agente de Liquidação, o Escriturador, a B3 e o Agente Fiduciário;
- (xvii) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios razoáveis e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xviii) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- (xix) apresentar todos os documentos e informações exigidos pela B3 e/ou pela CVM no prazo estabelecido por essas entidades;
- (xx) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado;
- (xxi) manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- (xxii) guardar, por 5 (cinco) anos contados da Data de Vencimento, toda a documentação relativa à oferta das Debêntures, bem como disponibilizá-la ao Agente Fiduciário em um prazo de até 5 (cinco) dias, após solicitação por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal;
- (xxiii) cumprir todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais competentes em relação à condução de seus negócios e que sejam necessárias para a execução das atividades da Emissora, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação socioambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 23

eventuais danos socioambientais decorrentes do exercício das atividades relacionadas a seu respectivo objeto social, exceto os regulamentos, leis, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais competentes questionados de boa-fé nas esferas judiciais e/ou administrativas e para os quais tenha sido obtido efeito suspensivo;

- (xxiv) observar o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, bem como adotar quaisquer medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (xxv) cumprir, bem como fazer com que suas controladas, administradores e funcionários, agindo em nome da Companhia, cumpram as normas relativas a atos de corrupção em geral, nacionais e estrangeiras, incluindo, mas não se limitando aos previstos no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, conforme alterado, na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme alterada ("**Lei nº 12.846**"), no *US Foreign Corrupt Practices Act* (FCPA) e pelo *UK Bribery Act*, conforme aplicáveis ("**Normas Anticorrupção**"), bem como abster-se de (a) utilizar recursos para contribuições, doações ou despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) realizar qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, incluindo seus familiares, nacionais ou estrangeiros, (c) praticar quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (d) violar qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento nacional ou estrangeiro contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Normas Anticorrupção; e (e) realizar qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal (sendo as condutas previstas nos itens (a), (b), (c), (d) e (e) acima em conjunto, "**Condutas Indevidas**"), devendo ainda: (i) manter políticas e procedimentos internos adequados para o integral cumprimento das Normas Anticorrupção; (ii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública nacional no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, próprio, conforme o caso, ou de suas respectivas Afiliadas; e (iii) caso tenha conhecimento de qualquer ato ou fato comprovado relacionado a aludidas normas, comunicar em até 10 (dez) Dias Úteis contados do conhecimento de tal ato ou fato, ao Agente Fiduciário;
- (xxvi) manter, sempre válidos, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, necessários ao exercício de suas atividades;
- (xxvii) pagar e quitar em dia todos os tributos, exigibilidades, encargos ou emolumentos públicos incidentes sobre si, seus resultados ou lucros ou sobre qualquer de seus bens, atualmente em vigor ou que, porventura, venham a ser instituídos, ou ainda, caso não concorde com tais cobranças, questioná-las de boa-fé pelos meios legais, sendo que, na hipótese desta contestação, permitir que não sejam pagos, enquanto a execução desta Cláusula estiver efetivamente suspensa durante o período da contestação e desde que provisões adequadas tenham sido realizadas em conformidade com as regras e princípios de contabilidade;
- (xxviii) pagar e quitar em dia todas as obrigações de natureza trabalhista, previdenciária,



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 24

ambiental ou quaisquer outras impostas por lei e aplicáveis à e devidas pela Emissora, exceto por aqueles que estejam sendo questionados de boa-fé pela Emissora, nas esferas administrativa e/ou judicial e para os quais tenha sido obtido efeito suspensivo;

- (xxix) manter seus sistemas de contabilidade, de controle e de informações gerenciais, bem como seus livros contábeis e demais registros em conformidade com os princípios contábeis normalmente aceitos no Brasil e de maneira que reflitam, fiel e adequadamente, a situação financeira da Emissora e os resultados de suas respectivas operações;
- (xxx) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social, ou em descumprimento às suas obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações;
- (xxxi) cumprir as obrigações estabelecidas no artigo 17 da Instrução CVM 476, quais sejam:
- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar, em sua página na rede mundial de computadores, até o dia anterior ao início das negociações, as demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e do relatório dos auditores independentes, relativas aos 3 (três) últimos exercícios sociais encerrados;
 - (d) divulgar suas demonstrações financeiras subsequentes, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (e) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358;
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM; e
 - (h) divulgar em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.litelbrasil.com.br/>) o relatório anual e demais comunicações enviadas pelo Agente Fiduciário na mesma data do seu recebimento, observado ainda o disposto na alínea (d) acima;
- (xxxii) divulgar as informações referidas nas alíneas (c), (d) e (f) do inciso (xxxi) acima: (a) em sua página na rede mundial de computadores (<http://www.litelbrasil.com.br/>), mantendo-as disponíveis pelo período de 3 (três) anos; e (ii) em sistema disponibilizado pela B3.

9.2 A Emissora obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no âmbito da B3 sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa,



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 25

desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

10.1 Nomeação

10.1.1 A Emissora nomeia e constitui o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, observado o disposto na Instrução CVM 583.

10.2 Declaração

10.2.1 O Agente Fiduciário declara que, neste ato, sob as penas da lei:

- (i) é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- (ii) está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- (iii) o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme o caso, tem(têm) poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;
- (iv) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, tendo diligenciado para que fossem sanadas as omissões, falhas, ou defeitos de que tenha tido conhecimento;
- (v) a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
- (vi) não ter qualquer impedimento legal, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 6º da Instrução CVM 583, para exercer a função que lhe é conferida;
- (vii) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (viii) conhece e aceita integralmente a presente Escritura de Emissão, bem como todas as suas respectivas Cláusulas e condições;
- (ix) não tem nenhuma ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 26

- (x) está ciente da Circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, conforme alterada, do Banco Central do Brasil, bem como de toda a regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil, da CVM e de entidades autorreguladoras;
- (xi) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (xii) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (xiii) esta Escritura de Emissão constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (xiv) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (xv) assegura e assegurará tratamento equitativo a todos os titulares de valores mobiliários, respeitadas as garantias, as obrigações e os direitos específicos atribuídos aos respectivos titulares de valores mobiliários de cada emissão ou série descritas no inciso (xvi) abaixo; e
- (xvi) na data de celebração da presente Escritura de Emissão e com base no organograma encaminhado pela Emissora, o Agente Fiduciário declara, para os fins do artigo 6º da Instrução CVM 583, que não presta serviços de agente fiduciário nas emissões de valores mobiliários da Emissora, de sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo econômico da Emissora.

10.2.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição, conforme Cláusula 10.4 abaixo.

10.3 Remuneração do Agente Fiduciário

10.3.1 Serão devidas pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação aplicável em vigor e desta Escritura de Emissão, parcelas anuais de R\$18.000,00 (dezoito mil reais), sendo que o primeiro pagamento deverá ser realizado em até 05 (cinco) dias corridos da data de assinatura da Escritura de Emissão e as demais parcelas serão devidas nas mesmas datas dos anos subsequentes ("**Remuneração do Agente Fiduciário**"). Tais pagamentos serão devidos até a liquidação integral das Debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento.

10.3.2 No caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 27

como a (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das garantias, conforme o caso; (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com investidores; e (iv) implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pago 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados à alteração (i) das garantias, conforme o caso; (ii) dos prazos de pagamento e (iii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado das Debêntures. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures.

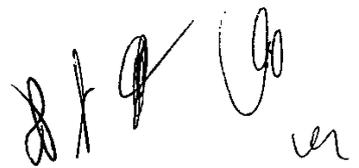
- 10.3.3** No caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão, bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, será cobrado, adicionalmente, o valor de R\$500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços.
- 10.3.4** Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos às parcelas mencionadas acima nas datas de pagamento. Além disso, todos os valores mencionados acima serão atualizados pela variação positiva do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, sempre na menor periodicidade permitida em lei, a partir da data de celebração da Escritura de Emissão.
- 10.3.5** Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da Remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão, sem prejuízo da atualização monetária pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, sujeitos a: (i) multa moratória convencional, irredutível, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata die* desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, incidentes sobre o montante devido e não pago.

10.4 Substituição

- 10.4.1** Nas hipóteses de impedimentos, renúncia, intervenção liquidação extrajudicial ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 8 (oito) dias para a primeira convocação e 5 (cinco) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.
- 10.4.2** Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo que a primeira parcela devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário.
- 10.4.3** Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, mediante convocação de



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 28



Assembleia Geral de Debenturistas, solicitando sua substituição.

- 10.4.4** É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.
- 10.4.5** A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deve ser comunicada no prazo de até 7 (sete) Dias Úteis contados do registro do aditamento à Escritura de Emissão, conforme artigo 9º da Instrução CVM 583.
- 10.4.6** A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura de Emissão, que deverá ser arquivada na JUCERJA.
- 10.4.7** O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura de Emissão ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento a esta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou até o integral cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, conforme aplicável.
- 10.4.8** Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

10.5 Deveres

10.5.1 Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, em especial a Instrução CVM 583, ou na presente Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) exercer suas atividades com boa-fé, transparência e lealdade para com os Debenturistas;
- (b) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (c) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão e realizar a imediata convocação de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre sua substituição, nos termos da Cláusula 10.4.3 acima;
- (d) conservar em boa guarda toda a documentação relativa ao exercício de suas funções;
- (e) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações relativas à Alienação Fiduciária de Ações e a consistência das demais informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (f) diligenciar junto à Emissora para que esta Escritura de Emissão e seus aditamentos sejam registrados na JUCERJA, e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações no SOG, bem como no competente Cartório de Registro de Títulos e Documentos, adotando, no caso da omissão da Emissora, as medidas eventualmente previstas em lei;
- (g) acompanhar a prestação das informações periódicas pela Emissora, alertando os Debenturistas acerca de eventuais inconsistências ou omissões constantes de tais informações no relatório anual de que trata o inciso (m) abaixo;



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 29

- (h) opinar sobre a suficiência das informações prestadas nas propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (i) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, das Varas de Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede da Emissora;
- (j) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (k) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, respeitadas as regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea "b" do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações e nos termos da Instrução CVM 583, a fim de descrever os fatos relevantes ocorridos durante o exercício relativos à execução das obrigações assumidas pela Emissora, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (a) cumprimento pela Emissora das suas obrigações de prestação de informações periódicas, indicando as inconsistências ou omissões de que tenha conhecimento;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no exercício social com efeitos relevantes para os Debenturistas;
 - (c) comentários sobre indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora relacionados a cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora;
 - (d) quantidade de Debêntures emitidas, quantidade de Debêntures em Circulação e saldo cancelado no período;
 - (e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período;
 - (f) constituição e aplicações do fundo de amortização ou de outros tipos fundos, quando houver;
 - (g) destinação dos recursos captados por meio da Emissão, conforme informações prestadas pela Emissora;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, conforme aplicável;
 - (i) manutenção de suficiência e exequibilidade da Alienação Fiduciária de Ações;
 - (j) existência de outras emissões de valores mobiliários, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário, bem como os seguintes dados sobre tais emissões: (i) denominação da companhia ofertante; (ii) valor da emissão; (iii) quantidade de valores



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 30

mobiliários emitida; (iv) espécie e garantias envolvidas; (v) prazo de vencimento dos valores mobiliários e taxa de juros; e (vi) inadimplemento pecuniário no período; e

- (k) declaração sobre a não existência de situação de conflito de interesses que impeça o Agente Fiduciário a continuar a exercer a função.
- (n) disponibilizar o relatório de que trata o inciso (m) acima em sua página na rede mundial de computadores no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços;
- (p) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (q) comunicar aos Debenturistas qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações financeiras assumidas na presente Escritura de Emissão, incluindo as Cláusulas contratuais destinadas a proteger o interesse dos Debenturistas e que estabelecem condições que não devem ser descumpridas pela Emissora, indicando as consequências para os Debenturistas e as providências que pretende tomar a respeito do assunto, em até 7 (sete) Dias Úteis a contar de sua ciência;
- (r) divulgar diariamente o cálculo do Valor Nominal Unitário, ou do Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da respectiva Remuneração, calculados pela Emissora, observados os termos desta Escritura de Emissão, disponibilizando-o aos Debenturistas e à Emissora em sua página na rede mundial de computadores www.oliveiratrust.com.br;
- (s) acompanhar, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão;
- (t) acompanhar a destinação dos recursos captados por meio da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; e
- (u) manter pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, ou por prazo superior caso seja determinado pela CVM, todos os documentos e informações exigidos pela Instrução CVM 583, por meio físico ou eletrônico, admitindo-se a substituição de documentos pelas respectivas imagens digitalizadas.

10.5.2 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações com eles somente serão válidos quando assim previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

10.5.3 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre qualquer fato da emissão cuja definição seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir nos termos desta Escritura de Emissão ou conforme instruções que venham a ser transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas, conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 583 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, ficando o Agente Fiduciário, portanto, isento, sob qualquer forma



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 31

ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação e regulamentação aplicáveis.

10.6 Atribuições Específicas

10.6.1 No caso de inadimplemento de quaisquer condições da Emissão, o Agente Fiduciário deve usar de toda e qualquer medida prevista em lei ou nesta Escritura de Emissão para proteger direitos ou defender os interesses dos Debenturistas, na forma do artigo 12 da Instrução CVM 583 e observado o disposto na Lei das Sociedades por Ações.

10.6.2 O Agente Fiduciário se eximirá da responsabilidade pela modificação das condições das Debêntures ou pela não adoção das medidas previstas nesta Escritura de Emissão se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação dos Debenturistas, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão.

10.7 Despesas

10.7.1 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas com viagens, estadas, transporte e publicação necessárias ao exercício da função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas com especialistas, tais como auditoria nas garantias concedidas ao empréstimo e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos, custas judiciais, sucumbências, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa dos interesses dos Debenturistas, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário (desde que em linha com os preços praticados pelo mercado) e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora.

10.7.2 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios (desde que em linha com os preços praticados pelo mercado), inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

10.7.3 Não haverá devolução de valores já recebidos pelo Agente Fiduciário a título da prestação de serviços, exceto se o valor tiver sido pago incorretamente.

10.7.4 As despesas a que se refere esta Cláusula 10.7 compreenderão, inclusive, mas não se limitando, àquelas incorridas com os assuntos a seguir, sempre desde que devidamente comprovado:

- (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 32

aplicáveis;

- (ii) extração de certidões e despesas cartorárias;
- (iii) fotocópias, digitalizações e envio de documentos;
- (iv) custos incorridos em contatos telefônicos relacionados à Emissão;
- (v) locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentação, quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (vi) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

10.7.5 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias que as Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA ONZE - ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

11.1 Convocação

- 11.1.1** Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral (“**Assembleia Geral de Debenturistas**”), de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas.
- 11.1.2** A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.
- 11.1.3** A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas dar-se-á conforme Lei das Sociedades por Ações.
- 11.1.4** As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, em primeira convocação. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação.
- 11.1.5** Independentemente das formalidades previstas na legislação aplicável e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação, independentemente de publicações e/ou avisos.

11.2 Quórum de Instalação

- 11.2.1** A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.
- 11.2.2** Instaladas as Assembleias Gerais de Debenturistas, os titulares de Debêntures em Circulação poderão deliberar pela suspensão dos trabalhos para retomada da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas em data posterior, desde que a suspensão seja aprovada pelo mesmo quórum estabelecido para deliberação da matéria que ficará suspensa até a retomada dos trabalhos, observado o disposto no



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 33

artigo 129 da Lei das Sociedades por Ações, sem prejuízo de aplicar o quórum previsto para os casos de renúncia ou perdão temporário, conforme previsto na Cláusula 11.4.2 abaixo.

- 11.2.3 Em caso de suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior, as matérias já deliberadas até a suspensão da Assembleia Geral de Debenturistas instalada não poderão ser votadas novamente quando da retomada dos trabalhos. As deliberações já tomadas serão, para todos os fins de direito, atos jurídicos perfeitos.
- 11.2.4 As matérias não votadas até a suspensão dos trabalhos não serão consideradas deliberadas e não produzirão efeitos até a data da sua efetiva deliberação.
- 11.2.5 Os Debenturistas, representantes das Debêntures em Circulação, que não compareceram em uma Assembleia Geral de Debenturistas que tenha sido suspensa serão admitidos na retomada desta e terão assegurados seus direitos de participação, voto e deliberação das matérias da ordem do dia, que não tenham sido votadas, até o encerramento e lavratura da assembleia. Os Debenturistas, neste ato, eximem o Agente Fiduciário de qualquer responsabilidade em relação ao aqui disposto.

11.3 Mesa Diretora

- 11.3.1 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pela comunhão dos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

11.4 Quórum de Deliberação

- 11.4.1 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em Circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.
- 11.4.2 Exceto pelo disposto na Cláusula 11.4.3 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas em primeira e segunda convocação (incluindo os pedidos de renúncia (*waiver*) ou perdão temporário referentes aos Eventos de Inadimplemento indicados na Cláusula 8 acima) dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.
- 11.4.3 Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 11.4.2 acima:
- (i) os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - (ii) as alterações (a) da Remuneração, (b) do prazo de vigência das Debêntures; (c) das disposições desta Cláusula 11.4.3; (d) de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (e) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (f) da espécie das Debêntures; (g) do prazo de vigência das Debêntures; (h) da criação de evento de repactuação; (i) do objeto da Alienação Fiduciária de Ações e (j) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, os quais deverão contar com aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

11.5 Outras disposições aplicáveis à Assembleia Geral de Debenturistas

- 11.5.1 Será obrigatória a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas convocadas pela Emissora, enquanto que nas assembleias convocadas pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, a presença dos



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 34

representantes legais da Emissora será facultativa, a não ser quando ela seja solicitada pelos Debenturistas ou pelo Agente Fiduciário, conforme o caso, hipótese em que será obrigatória.

- 11.5.2** O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 11.5.3** Aplicar-se-á às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre a assembleia geral de acionistas.
- 11.5.4** As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido em respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.
- 11.5.5** Para efeito de verificação dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, definem-se como "**Debêntures em Circulação**" todas as Debêntures subscritas, integralizadas e não resgatadas, excluídas (i) aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; (ii) as de titularidade de (a) sociedades do mesmo grupo econômico da Emissora, (b) acionistas controladores da Emissora, (c) administradores da Emissora, incluindo diretores e conselheiros de administração, (d) conselheiros fiscais, se for o caso; e (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

CLÁUSULA DOZE - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

12.1 A Emissora declara e garante, conforme aplicável, que na data da assinatura desta Escritura de Emissão:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e a cumprir todas as obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão e o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações têm plenos poderes estatutários ou delegados para representar a Emissora na assunção das obrigações dispostas nesta Escritura de Emissão, e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor e efeito;
- (iv) a celebração dos documentos da Oferta, inclusive desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas, não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte, nem acarretam (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos, ou (b) criação de quaisquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, com exceção da Alienação Fiduciária de Ações; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos, salvo se os respectivos *waivers* forem obtidos, conforme disponibilizados durante o processo de auditoria legal (*due diligence*);



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 35

- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, exceto pelo (i) arquivamento da RCA da Emissora perante a JUCERJA; (ii) a publicação da RCA da Emissora nos Jornais de Publicação; (iii) pelo registro do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações no competente Cartório de Registro de títulos e documentos; e (iv) pela averbação da Alienação Fiduciária junto ao SOG;
- (vi) as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão constituem obrigações legalmente válidas e vinculantes da Emissora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, incisos I e III, da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterado ("**Código de Processo Civil**");
- (vii) desenvolve suas atividades regularmente e possui, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor ou em fase de obtenção e/ou renovação todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, ou suas respectivas dispensas, inclusive ambientais, necessárias ao exercício de suas atividades;
- (viii) cumpre leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, necessárias à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, nas Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e nas demais disposições legais e regulamentares ambientais supletivas adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e para os quais tenha sido obtido efeito suspensivo;
- (ix) manterá em vigor toda a estrutura de contratos e demais acordos necessários para assegurar à Emissora a manutenção das suas condições atuais de operação e funcionamento;
- (x) os documentos e informações fornecidos pela Emissora ao Agente Fiduciário são corretos e estão atualizados até a data em que foram fornecidos, incluem os documentos e informações necessárias para a tomada de decisão de investimento sobre a Emissora, tendo sido disponibilizadas informações sobre as transações relevantes da Emissora, bem como sobre os direitos e obrigações delas decorrentes;
- (xi) não tem conhecimento de qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que possa vir a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, exceto aqueles divulgados de tempos em tempos pela Emissora em seu formulário de referência ou nos demais meios previstos na regulamentação aplicável, incluindo, sem limitação, os meios previstos na Instruções da CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, e nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alteradas;
- (xii) as demonstrações financeiras da Emissora referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018, bem como as informações financeiras objeto de revisão de informações contábeis intermediárias relativas ao período de 6 (seis) meses encerrado em 30 de junho de 2019, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora na aludida data e os resultados operacionais da Emissora referentes ao período encerrado em tal data, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhuma alteração que impacte de forma negativa a situação financeira e os resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 36

material relevante envolvendo a Emissora fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora e não houve qualquer aumento substancial do endividamento da Emissora, com exceção da cisão parcial da Emissora, aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 09 de setembro de 2019, independentemente da data em que produzir seus efeitos, realizada nos termos do edital de convocação divulgado pela Emissora em 23 de agosto de 2019;

- (xiii) não omitiu nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial adversa da sua situação econômico-financeira, bem como jurídica sua em prejuízo aos Debenturistas;
- (xiv) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação às Debenturistas e não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis;
- (xv) está adimplente com o cumprimento das obrigações constantes nesta Escritura de Emissão, inexistindo qualquer mora, inadimplemento e/ou evento de inadimplemento da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, observados os prazos cura;
- (xvi) inexistente, na Data de Emissão, qualquer evento que cause ou possa comprometer a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações assumidas na presente Escritura de Emissão;
- (xvii) não foi realizada qualquer distribuição de lucros, dividendos, juros sobre o capital próprio ou outros valores de natureza similar aos acionistas da Emissora, salvo a distribuição de dividendos mínima e obrigatória, nos termos da Lei das Sociedades por Ações;
- (xviii) não foi realizado qualquer pagamento pela Emissora a sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora, exceto pelos pagamentos realizados pelos serviços efetivamente prestados por sociedades integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora, sendo certo que os termos e condições de tais contratações observaram os parâmetros de mercado ("*arm's length*");
- (xix) não ocorreram casos fortuitos ou motivos de força maior que tornem inviável ou substancialmente onerosa a realização da Emissão;
- (xx) na Data de Emissão, todas as declarações e garantias prestadas pela Emissora nesta Escritura de Emissão estão completas, válidas, corretas e verdadeiras, bem como a não existência de multas, autos de infração, investigações e/ou ações do Ministério Público recebidos no período;
- (xxi) inexistem, na Data de Emissão, pendências judiciais, arbitrais e/ou administrativas não reveladas e/ou não indicadas nas Demonstrações Financeiras da Emissora que, a critério justificado, possam acarretar deterioração significativa e substancial na situação econômica, socioambiental e financeira da Emissora, incluindo, mas não se limitando, à suspensão ou extinção de licenças ambientais, paralisação de obras e/ou condenação da Emissora por crimes ou danos ambientais;
- (xxii) a Emissora está em conformidade com toda legislação e/ou regulamentação administrativa, de natureza fiscal, trabalhista, ambiental, financeira, ou de outra qualquer natureza, referente a qualquer pessoa, entidade ou órgão, público ou privado, ou ente governamental, regulador, administrativo, fiscalizador, na esfera federal, estadual, municipal, distrital, local ou similar aplicáveis à Emissora, incluindo, mas não



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 37

se limitando (i) à legislação trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional, inclusive quanto à não utilização de mão-de-obra infantil e em condições análogas a de escravo; e (ii) à legislação ambiental aplicável, assim como perante os órgãos ambientais competentes, considerando o disposto na legislação aplicável ("**Leis Ambientais e Trabalhistas**"), exceto com relação àquelas leis, portarias, normas, regulamentos e exigências que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora, com base em opiniões legais de escritórios de renome e para os quais tenha sido obtido efeito suspensivo;

- (xxiii) cumpre, bem como suas controladas, administradores e funcionários, agindo em nome da Companhia, cumprem as Normas Anticorrupção, bem como abstém-se de (a) utilizar recursos para contribuições, doações ou despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) realizar qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, incluindo seus familiares, nacionais ou estrangeiros, (c) praticar quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (d) violar qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento nacional ou estrangeiro contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, as Normas Anticorrupção; e (e) realizar qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência, "caixinha" ou outro pagamento ilegal, na medida em que (i) mantém políticas e procedimentos internos adequados para o integral cumprimento das Normas Anticorrupção; e (ii) abstém-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública nacional no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, próprio, conforme o caso, ou de suas respectivas Afiliadas;
- (xxiv) a Emissora e as demais partes a ela subordinadas, assim entendidas como representantes, funcionários, prepostos, contratados, prestadores de serviços que atuem a mando ou em favor da Emissora, não estão inscritas no cadastro de empregadores que tenham mantido trabalhadores em condições análogas à de escravo, regulado pela Portaria Interministerial nº 4, de 11 de maio de 2016, do Ministério do Trabalho e Previdência Social - MTE e do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, ou outro cadastro oficial que venha a substituí-lo;
- (xxv) não houve (i) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora; (ii) pedido de autofalência da Emissora; (iii) pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora e não devidamente elidido por estas no prazo legal; (iv) propositura, pela Emissora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou (v) ingresso pela Emissora em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (xxvi) não houve alteração na estrutura societária atual da Emissora;
- (xxvii) inexistente violação de qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, sem limitação, às Normas Anticorrupção, pela Emissora;
- (xxviii) não há novos tributos que incidam sobre as operações relacionadas à Emissão, ou o aumento substancial das alíquotas ou nos valores dos tributos já incidentes na Data de



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 38

Emissão, tornando a emissão das Debêntures inviável ou substancialmente onerosa, a critério justificado.

- 12.2** Sem prejuízo do disposto acima, a Emissora deverá notificar no prazo de até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento, os Debenturistas (por meio de comunicação individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário) e o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos acima seja falsa e/ou incorreta na data em que foi prestada.

CLÁUSULA TREZE - COMUNICAÇÕES

- 13.1** Todas as comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser sempre realizadas por escrito e ser encaminhadas para os seguintes endereços:

- (i) Para a Emissora:

Litel Participações S.A.

Rua da Assembleia, 10, 37º andar, sala 3701 (parte), Centro

CEP: 6462-000, Rio de Janeiro, RJ

At.: Renato Proença Lopes

Tel.: +55 (21) 2128-5500

E-mail: governance@eximiacapital.com

- (ii) Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, n.º 3434, bloco 7, sala 201, Barra da Tijuca

CEP: 22640102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Antonio Amaro/Maria Carolina Abrantes

Tel.: +55 (21) 3514-0000

E-mail: ger2.agente@oliveiratrust.com.br

- (iii) Para o Agente de Liquidação:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, n.º 3434, bloco 7, sala 201, Barra da Tijuca

CEP: 22640102, Rio de Janeiro, RJ

At.: Alexandre Lodi/João Bezerra

Tel.: +55 (21) 3514-0000

E-mail: sqescrituracao@oliveiratrust.com.br

- (iv) Para o Escriturador:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, n.º 3434, bloco 7, sala 201, Barra da Tijuca

CEP: 22640102, Rio de Janeiro, RJ



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 39

At.: Alexandre Lodi/João Bezerra

Tel.: +55 (21) 3514-0000

E-mail: sqescrituracao@oliveiratrust.com.br

(v) Para a B3:

B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão

Praça Antônio Prado, nº 47 – 7º andar

CEP 01.010-901

Telefone: 0300-111-1596

At.: Superintendência de Valores Mobiliários

Email: valores.mobiliarios@b3.com.br

- 13.2** As comunicações, avisos ou notificações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas por qualquer empregado, preposto ou representante de qualquer das Partes, sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama, ou por correio eletrônico nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente.
- 13.3** A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela parte que tiver seu endereço alterado.
- 13.4** Eventuais prejuízos decorrentes da não observância do disposto na Cláusula 13.3 acima serão arcados pela Parte inadimplente.

CLÁUSULA CATORZE – DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Renúncia

- 14.1.1** Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14.2 Veracidade da Documentação

- 14.2.1** Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. O Agente Fiduciário não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerá sob obrigação legal e regulamentar da Emissora, nos termos da legislação aplicável.
- 14.2.2** Para prestar os serviços especificados e tomar as decisões necessárias com relação ao disposto nesta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das deliberações



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 40

societárias, dos atos da administração ou de qualquer documento ou registro da Emissora que considere autêntico e que lhe tenha sido ou venha a ser encaminhado pela Emissora ou por terceiros a seu pedido.

14.3 Independência das Disposições da Escritura de Emissão

14.3.1 Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

14.4 Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

14.4.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e III do artigo 784 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 814 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

14.4.2 As Partes declaram, mútua e expressamente, que esta Escritura de Emissão foi celebrada em caráter irrevogável e irretroatável, obrigando seus sucessores a qualquer título e respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

14.5 Modificações

14.5.1 Qualquer modificação aos termos e condições desta Escritura de Emissão será eficaz apenas mediante sua formalização por meio de aditamento a ser firmado por todas as Partes, o qual deverá ser devidamente inscrito na JUCERJA, nos termos da Cláusula 2.3.2 acima.

14.5.2 Fica desde já dispensada a realização de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre: (i) a correção de erros materiais, seja ele um erro grosseiro, de digitação ou aritmético, (ii) alterações à Escritura de Emissão, ao Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, e demais documentos referentes ou derivados da Emissão ("**Documentos da Emissão**") já expressamente permitidas nos termos do(s) respectivo(s) Documento(s) da Emissão, (iii) alterações a quaisquer Documentos da Emissão em razão de exigências formuladas pela CVM, pela B3 ou pela ANBIMA, ou (iv) em virtude da atualização dos dados cadastrais das Partes, tais como alteração na razão social, endereço e telefone, entre outros, desde que as alterações ou correções referidas nos itens (i), (ii), (iii) e (iv) acima, não possam acarretar qualquer prejuízo aos Debenturistas ou qualquer alteração no fluxo das Debêntures, e desde que não haja qualquer custo ou despesa adicional para os Debenturistas.

14.6 Lei Aplicável e Foro

14.6.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

14.6.2 Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer litígios oriundos desta Escritura de Emissão, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim justas e contratadas, celebram a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 41



(duas) testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2019.

(Restante da página foi intencionalmente deixado em branco.)



TEXT_SP - 50994049v5 13294.1 42

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LITEL PARTICIPACOES SA

NIRE: 333.0016189-9 Protocolo: 00-2019/554355-6 Data do protocolo: 13/09/2019

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 17/09/2019 SOB O NÚMERO ED333005375000 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 4264252478A1AC105EB485CBE66B707B263FB4674FBF627DA9B92C953ED9BA05

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

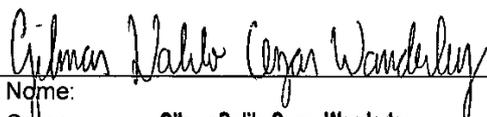
Pag. 44/47



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Litel Participações S.A.)

LITEL PARTICIPAÇÕES S.A.


Nome: **Renato Proença Lopes**
Cargo: **Diretor**


Nome: **Gilmar Dalilo Cezar Wanderley**
Cargo: **Diretor**



(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Litel Participações S.A.)

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


Nome: _____
Cargo: **MARIA CAROLINA ABRANTES LODI DE OLIVEIRA**
PROCURADOR


Nome: _____
Cargo: **Bianca Galdino Batistela**
Procuradora

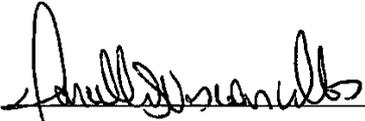







(Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 1ª (Primeira) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos, da Litel Participações S.A.)

Testemunhas

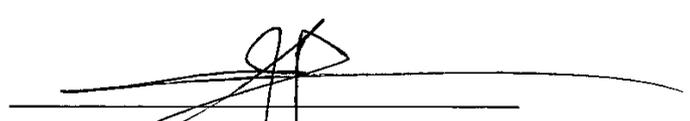


Nome:

Marcelle Vasconcelos
OAB/RJ 159.511

RG:

CPF: 115.021.217-94



Nome:

Rafael Casimiro
CPF: 112.901.697-69
OAB/RJ 181.119

RG:

CPF:

